



ROLF MADALENO



MANUAL DE DIREITO DE FAMÍLIA

2^a
edição

revista e
atualizada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 29.11.2018
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M151m

Madaleno, Rolf

Manual de Direito de Família / Rolf Madaleno. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8068-9

1. Direito de família – Brasil. I. Título.

18-48794

CDU: 347.6(81)

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família.....	1
1.1. O Direito de Família e o Código Civil.....	1
1.2. A organização jurídica da família.....	1
1.3. A diversidade familiar.....	3
1.3.1. A família matrimonial.....	4
1.3.2. A família informal	5
1.3.3. A família monoparental.....	5
1.3.4. A família anaparental.....	6
1.3.5. A família reconstituída.....	7
1.3.6. A família paralela.....	8
1.3.7. A união poliafetiva	12
1.3.8. A família natural.....	14
1.3.9. A família extensa ou ampliada.....	15
1.3.10. A família substituta	15
1.3.11. A família eudemonista	15
1.3.12. A família homoafetiva.....	16
1.4. Conceito de família	18
1.5. Entidade familiar, proteção do Estado e Direitos Humanos	19
1.6. Noção de Direito de Família	21
1.7. Conteúdo do Direito de Família.....	22
1.8. A dessacralização da família	23
1.9. A despatrimonialização do Direito de Família.....	24
Capítulo 2 – Direitos Fundamentais e Princípios de Direito de Família	27
2.1. Direitos fundamentais	27

2.2.	Princípio da dignidade humana no Direito de Família.....	29
2.3.	O princípio da igualdade.....	30
2.4.	Princípio da autonomia privada.....	32
2.5.	Princípio da liberdade.....	34
2.6.	Princípio da solidariedade familiar.....	35
2.7.	Princípio da monogamia.....	35
2.8.	Princípio da diversidade familiar.....	36
2.9.	Princípio da afetividade.....	37
2.10.	Princípio da igualdade da filiação.....	38
2.11.	Princípio da proteção da prole.....	39
2.12.	Princípio da proteção do idoso.....	39
2.13.	Princípio da proteção do jovem.....	40
2.14.	Princípio da proteção da pessoa com deficiência.....	40
Capítulo 3 – Do Direito Pessoal – Do Casamento e sua Eficácia		41
3.1.	Definição.....	41
3.2.	Da gratuidade do casamento civil.....	41
3.3.	Casamento religioso com efeito civil.....	42
3.4.	Capacidade para o casamento.....	43
3.4.1.	Suprimento judicial de consentimento.....	44
3.5.	Dos impedimentos matrimoniais.....	45
3.6.	Das causas suspensivas.....	49
3.6.1.	A Súmula 377 do STF.....	52
3.7.	A habilitação para o casamento.....	52
3.8.	Da celebração do casamento.....	53
3.8.1.	Consentimento.....	54
3.8.2.	O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida.....	54
3.8.3.	Casamento por procuração.....	55
3.9.	Das provas do casamento.....	55
3.9.1.	<i>In dubio pro matrimonio</i>	56
3.9.2.	Casamento celebrado fora do Brasil.....	56
3.10.	Da invalidade do casamento.....	56
3.10.1.	Casamento inexistente.....	57

3.10.2.	Casamento nulo	57
3.10.3.	O casamento anulável	58
3.10.3.1.	Das causas de anulação	59
3.10.3.2.	Identidade, honra e boa fama	61
3.10.3.3.	Ignorância de crime anterior ao casamento....	62
3.10.3.4.	Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave.....	63
3.10.3.5.	Coação	63
3.11.	Prazos para a anulação do casamento	65
3.12.	Do casamento putativo	65
3.12.1.	Pressupostos da putatividade	66
3.12.2.	Efeitos da putatividade.....	67
3.12.3.	Efeitos em relação a terceiros	67
3.13.	A separação de corpos na invalidade do casamento.....	68
3.13.1.	A separação de corpos da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha	70
3.13.2.	A separação de corpos consensual	72
3.13.3.	A separação de fato.....	73
3.14.	Da eficácia do casamento	74
3.15.	Isonomia e patronímico.....	74
3.16.	Planejamento familiar.....	75
3.17.	Deveres dos cônjuges	77
3.18.	Violação dos deveres conjugais.....	78
3.19.	Dever de fidelidade recíproca	78
3.20.	Vida em comum no domicílio conjugal	79
3.21.	Dever de mútua assistência	80
3.22.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos	81
3.23.	Dever de respeito e consideração mútuos.....	83
3.24.	A direção da sociedade conjugal	84
3.25.	Contribuição conjunta das despesas do lar.....	84
3.26.	Domicílio conjugal.....	85
Capítulo 4 – Divórcio		87
4.1.	Divórcio e separação judicial	87

4.2.	O divórcio e a partilha de bens.....	89
4.3.	Divórcio consensual-judicial	90
4.4.	Divórcio litigioso-judicial.....	91
4.4.1.	A contestação no divórcio judicial	92
4.5.	O divórcio extrajudicial da Lei 11.441/2007 e do CPC	94
4.6.	A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos.....	96
4.7.	Efeitos do divórcio.....	96
4.8.	A partilha de bens	97
4.9.	Da presença dos cônjuges no divórcio extrajudicial.....	98
4.10.	O patronímico de casado no divórcio	100
4.11.	Pluralidade de divórcios	100
4.12.	O divórcio no Direito Internacional Privado	101
Capítulo 5 – Da Proteção da Pessoa dos Filhos		105
5.1.	Da proteção da pessoa dos filhos	105
5.2.	Conceito de guarda	107
5.3.	A guarda na separação de fato e no divórcio judicial	113
5.4.	Guarda compartilhada.....	114
5.4.1.	A guarda compartilhada deveria pressupor consenso?....	118
5.4.2.	Imposição judicial da guarda compartilhada	121
5.4.3.	Tempo de convívio equilibrado	125
5.4.4.	Plano de parentalidade.....	125
5.4.5.	Alimentos na guarda física compartilhada	127
5.4.6.	A polêmica guarda compartilhada de animais de estimação.....	128
5.5.	Direito e dever de convivência.....	129
5.6.	A multa no direito e dever de visitas – <i>Astreintes</i>	132
5.7.	O direito de visitas dos avós.....	133
5.8.	Síndrome de Alienação Parental (SAP).....	134
5.9.	Síndrome das falsas memórias.....	139
Capítulo 6 – Das Relações de Parentesco		141
6.1.	As relações familiares e o parentesco.....	141

6.2.	Desenlaces parentais	143
6.3.	Espécies de família e relações atuais	144
6.4.	Conceito de relações de parentesco	146
6.5.	Parentesco até o quarto grau	148
6.6.	Contagem de graus.....	149
6.6.1.	Linhas de parentesco	150
6.6.2.	Parentesco por afinidade	151
6.7.	A multiparentalidade	153
Capítulo 7 – Da Filiação		159
7.1.	A filiação.....	159
7.2.	Filiação socioafetiva	160
7.3.	A desconstituição judicial da filiação socioafetiva.....	163
7.4.	O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios	165
7.4.1.	O direito ao conhecimento das origens genéticas.....	168
7.4.2.	Decadência da rejeição	171
7.4.3.	Vedação do registro de filho morto para fins patri- moniais.....	173
7.5.	Investigação de paternidade movida pelos netos	175
7.6.	Determinação da maternidade	177
7.7.	A presunção de paternidade	179
7.8.	A presunção <i>pater is est</i>	181
7.9.	A fecundação assistida	181
7.9.1.	A mãe de substituição	183
7.10.	A impugnação da paternidade.....	186
7.11.	Prova da filiação	190
7.12.	Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA... ..	190
7.13.	A presunção de paternidade pela recusa	192
7.14.	O reconhecimento voluntário.....	194
7.14.1.	Outras formas de reconhecimento voluntário da pa- ternidade	195
7.14.2.	Reconhecimento de filho maior e de filho menor	196
7.15.	Ação anulatória de reconhecimento	196
7.15.1.	Perícia em DNA	197

7.16.	Efeitos da sentença	200
7.16.1.	Dos alimentos na investigatória.....	201
7.17.	A coisa julgada na investigação de paternidade	202
Capítulo 8 – Da Adoção.....		207
8.1.	A adoção e o Código Civil.....	207
8.2.	Natureza jurídica da adoção	208
8.3.	Referências históricas.....	208
8.4.	A Lei Nacional da Adoção.....	210
8.4.1.	Princípio da prevalência em família.....	211
8.4.2.	Do acolhimento familiar e institucional.....	211
8.4.3.	Da família natural.....	213
8.4.4.	A família extensa.....	213
8.4.5.	Destituição do poder familiar	213
8.4.6.	Colocação em família substituta.....	215
8.4.6.1.	Cadastro de adoção	217
8.5.	Requisitos para a adoção: idade.....	218
8.5.1.	Consentimento do cônjuge	220
8.6.	Adoção por avós	221
8.7.	Adoção por irmãos do adotando.....	223
8.8.	Consentimento dos pais, do representante e do adotando	224
8.9.	Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros	225
8.10.	Adoção por tutor ou curador.....	226
8.11.	Adoção <i>intuitu personae</i>	226
8.12.	Adoção por divorciados.....	228
8.13.	Adoção póstuma.....	229
8.14.	Adoção por estrangeiro	230
8.15.	Adoção de nascituro.....	232
8.16.	Adoção à brasileira	234
8.17.	Adoção de embriões.....	236
8.18.	A adoção por homoafetivos	237
8.19.	Efeitos pessoais da adoção.....	242

8.19.1.	Nome	242
8.19.2.	A adoção e o poder familiar	243
8.19.3.	Efeitos patrimoniais da adoção.....	244
8.19.3.1.	Alimentos	244
8.19.3.2.	Direito sucessório	244
8.19.4.	Irrevogabilidade da adoção	245
Capítulo 9 – Do Poder Familiar		247
9.1.	Função.....	247
9.2.	Natureza jurídica	248
9.3.	Titularidade do poder familiar	248
9.4.	Conteúdo do poder familiar	250
9.4.1.	A representação dos filhos	252
9.4.2.	Poder familiar e trabalho	253
9.4.3.	Do usufruto dos bens dos filhos	255
9.4.4.	Da administração dos bens dos filhos	255
9.5.	Extinção do poder familiar	257
9.6.	A suspensão do poder familiar	260
Capítulo 10 – Do Direito Patrimonial.....		263
10.1.	Do regime de bens e sua natureza jurídica	263
10.2.	Princípios gerais.....	264
10.3.	Classificação dos regimes de bens.....	266
10.4.	O pacto antenupcial	269
10.5.	Alteração do regime de bens.....	273
10.6.	Temor de fraude na mudança do regime de bens	276
10.7.	Do regime obrigatório da separação de bens	279
10.8.	Do regime legal de bens.....	283
10.8.1.	Bens de caráter próprio.....	284
10.8.2.	Bens de caráter comum.....	286
10.9.	Regime da comunhão parcial	286
10.9.1.	Fundos privados de pensão	296
10.9.2.	Bens que ingressam na comunhão parcial	299

10.9.2.1.	A título oneroso	299
10.9.2.2.	Por fato eventual	300
10.9.2.3.	Doação, herança ou legado	301
10.9.2.4.	Benfeitorias e acessões e incremento patrimonial societário	301
10.9.2.4.1.	Valorização das quotas sociais ou ações de uma empresa	303
10.9.2.5.	Frutos civis e naturais.....	310
10.9.2.6.	Aquisição com causa anterior	311
10.9.2.7.	Partilha de quotas	312
10.9.2.8.	Dívidas dos cônjuges.....	316
10.10.	Do regime de comunhão universal	317
10.10.1.	Bens excluídos da comunhão universal.....	318
10.10.1.1.	Bens doados ou herdados com incomunicabilidade.....	318
10.10.1.2.	Bens gravados de fideicomisso	319
10.10.1.3.	Dívidas anteriores ao casamento	319
10.10.1.4.	Doações antenupciais.....	320
10.10.1.5.	Os bens dos incisos V a VII do artigo 1.659 do CC	320
10.10.2.	Comunicação dos frutos e administração dos bens...	322
10.10.3.	Extinção da responsabilidade e do regime de bens....	323
10.11.	Do regime de participação final nos aquestos.....	326
10.11.1.	Aquisição onerosa.....	330
10.11.2.	Irrenunciabilidade do direito à meação.....	330
10.11.3.	Regras de liquidação.....	331
10.12.	Do regime da separação de bens	332
10.13.	Mantença da família.....	334
10.13.1.	A presunção de comunidade.....	335
10.13.2.	A outorga do cônjuge	335
10.13.3.	A outorga do convivente.....	336
10.14.	Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores....	338
10.14.1.	Bens excluídos do usufruto	340
10.15.	Da usucapião familiar pelo abandono do lar	341

Capítulo 11 – Dos Alimentos.....	347
11.1. Conceito.....	347
11.2. Espécies de alimentos	347
11.2.1. Quanto à sua natureza.....	348
11.2.2. Quanto à causa jurídica	349
11.2.3. Quanto à finalidade.....	351
11.2.3.1. Alimentos provisórios.....	351
11.2.3.2. Alimentos em tutela provisória	352
11.2.3.3. Pressupostos para a concessão da tutela antecipada.....	352
11.2.4. Quanto ao momento em que são reclamados.....	353
11.2.4.1. Alimentos pretéritos e futuros	353
11.3. Características da obrigação alimentar	354
11.3.1. Direito personalíssimo.....	355
11.3.2. Transmissibilidade.....	355
11.3.3. Divisibilidade	360
11.3.3.1. Da solidariedade nos alimentos do idoso....	361
11.3.4. Condicionalidade	362
11.3.5. Reciprocidade.....	363
11.3.6. Alternatividade	364
11.3.7. Imprescritibilidade	365
11.3.8. Irrepetibilidade	366
11.3.9. Incompensabilidade	369
11.3.10. Irrenunciabilidade	372
11.3.11. Impenhorabilidade	374
11.4. Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes	375
11.5. Dos alimentos gravídicos	376
11.6. Os alimentos dos relativamente incapazes.....	379
11.7. A representação pelo Ministério Público nos alimentos.....	379
11.8. Alimentos com a maioria civil	381
11.9. Dos alimentos entre parentes.....	383
11.10. Alimentos na guarda compartilhada	384
11.11. Dos alimentos dos avós.....	385

11.12. Dos alimentos dos cônjuges e conviventes.....	386
11.13. Dos alimentos na homoafetividade.....	389
11.14. Rubrica alimentar	390
11.14.1. Alimentação	390
11.14.2. Habitação	391
11.14.3. Educação	392
11.14.4. Saúde	392
11.14.5. Vestuário	393
11.14.6. Lazer	393
11.15. Base de incidência dos alimentos	394
11.16. Pensão <i>intuitu familiae e intuitu personae</i>	397
11.17. Dos alimentos transitórios	398
11.17.1. A duração dos alimentos transitórios	399
11.18. Alimentos compensatórios ou compensação econômica	400
11.19. Da exoneração dos alimentos	403
11.20. Perda do crédito alimentar por novo relacionamento.....	404
11.20.1. Comportamento indigno.....	406
11.21. A oferta de alimentos	409
11.22. A majoração e redução dos alimentos e sua atualização automática.....	410
11.23. A execução de alimentos	413
11.23.1. Do cumprimento da sentença.....	413
11.23.2. Aplicação de multa e de medidas executivas atípicas	415
11.23.3. A defesa no cumprimento da sentença.....	416
11.23.4. Sentença para ser cumprida	417
11.23.5. Do cumprimento da sentença nos alimentos	417
11.23.6. O imposto de renda sobre a pensão alimentícia.....	418
Capítulo 12 – Do Bem de Família.....	421
12.1. Bem de família	421
12.2. Conceito de bem de família	423
12.3. O advento da Lei 8.009/1990	423
12.4. O bem de família do Código Civil	426

12.4.1.	Objeto do bem de família voluntário	427
12.4.2.	Valor do bem de família voluntário	428
12.4.3.	Procedimento de constituição e efeitos	429
12.4.4.	Das isenções	430
12.5.	Extinção do bem de família	431
Capítulo 13 – Da União Estável.....		433
13.1.	Breve resenha histórica da união estável	433
13.2.	A Constituição Federal de 1988.....	435
13.3.	A Lei 8.971/1994.....	437
13.4.	A Lei 9.278/1996.....	438
13.5.	O projeto de Lei 2.686/1996.....	439
13.6.	Origem e definição.....	440
13.7.	A expansão das uniões livres	440
13.7.1.	Motivos econômicos	441
13.7.2.	Motivos sociais.....	442
13.7.3.	Motivos legais.....	443
13.7.4.	Motivos ideológicos.....	443
13.7.5.	Motivos raciais e religiosos.....	444
13.7.6.	Outras causas de disseminação da união estável.....	444
13.8.	Pressupostos de configuração da união estável.....	444
13.8.1.	Diversidade de sexos	445
13.8.1.1.	União homoafetiva	446
13.8.2.	Coabitação	452
13.8.3.	Prazo para constituição.....	454
13.8.4.	Convivência pública	456
13.8.5.	Continuidade	457
13.8.6.	Com objetivo de constituir família.....	458
13.8.7.	Inexistência de impedimento matrimonial.....	460
13.9.	Conceito de união estável.....	461
13.10.	Direitos e deveres dos conviventes.....	462
13.10.1.	Lealdade.....	463
13.10.2.	Respeito.....	464

13.10.3. Assistência	465
13.10.4. Dever imaterial	467
13.10.5. Guarda, sustento e educação dos filhos	467
13.10.6. A coabitação como dever natural	468
13.10.7. O nome na união estável	468
13.11. Contrato de convivência	470
13.11.1. A retroatividade restritiva do contrato de convivência	472
13.11.2. Regime de bens	474
13.11.3. Conversão em casamento	475
13.11.4. Contrato de namoro	477
13.12. Concubinato e relações paralelas	480
13.12.1. Do concubinato de boa-fé	486
13.13. Dissolução da união estável	487
Capítulo 14 – Tutela.....	489
14.1. Conceito.....	489
14.2. A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente	492
14.3. Modalidades de tutela	492
14.4. Tutela testamentária	494
14.5. Tutela legítima.....	495
14.6. Tutela dativa	497
14.7. Exclusividade da tutela	498
14.8. Incapazes de exercer a tutela	499
14.8.1. Idoneidade	499
14.9. Designação do convivente como tutor	502
14.10. Escusa dos tutores	503
14.10.1. Mulheres casadas	504
14.10.2. Maiores de sessenta anos	505
14.10.3. Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos	505
14.10.4. Enfermidade	506
14.10.5. Habitação distante	506
14.10.6. Os que já exercerem tutela ou curatela	507

14.10.7. Militares em serviço	507
14.10.8. Aos que não forem parentes do menor.....	508
14.11. Prazo de escusa e decisão judicial	508
14.12. Do exercício da tutela	509
14.12.1. Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado...	510
14.12.2. Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado	511
14.12.3. A administração dos bens e a tutela conjunta	512
14.13. Atribuições do tutor	514
14.13.1. Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial.....	516
14.14. Vedações ao tutor	517
14.15. O protutor.....	518
14.16. Responsabilidade do juiz.....	519
14.17. Remuneração do tutor	520
14.18. Responsabilidade do tutor.....	521
14.19. Bens do tutelado	521
14.20. Prestação de contas	523
14.21. Cessação da tutela.....	525
14.22. Das funções do tutor.....	525
Capítulo 15 – Da Curatela.....	527
15.1. Da curatela.....	527
15.2. Conceito.....	529
15.3. Pessoas sujeitas �� curatela.....	531
15.4. Curatela do nascituro.....	534
15.5. Velhice.....	537
15.6. Enfermidade ou def��ci��ncia mental	539
15.6.1. Intervalos lúcidos.....	540
15.7. Aqueles que, por causa transitória ou permanente não puderem expr��mir sua vontade	541
15.8. Deficientes mentais	542
15.9. ��brios habituais	542

15.10. Os viciados em tóxicos.....	543
15.11. Os pródigos	544
15.12. Autocuratela	547
15.13. Ação de interdição.....	547
15.14. Das disposições comuns à tutela e à curatela.....	552
15.15. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela	553
15.16. Curatela conjunta	557
15.17. Efeitos jurídicos da sentença de interdição.....	558
15.18. Levantamento da interdição.....	560
15.19. Cessação da curatela	561
15.20. Da tomada de decisão apoiada	562
Bibliografia.....	565
Índice Alfabético-Remissivo.....	589